



JUSTIFICATIVA

A opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

Além disso, o pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos, possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto, em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

Importante ainda consignar, que a opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02, não produzindo alteração no resultado final do certame. Ao contrário: permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes e que o art. 20 da Lei 8.666/1993 dispõe que "as





licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado."

Forçoso salientar, que esta administração vem tendo problemas com alguns pregões eletrônicos em virtude de fornecedores de outros estados que não conseguiram adimplir com a obrigação de entregar os produtos após a licitação, trazendo um prejuízo à administração que fica a espera da entrega do produto e/ou material, fazendo-se necessária até mesmo uma nova licitação ante à contratação.

Logo, por tratar-se de um serviço complexo e essencial à marcação de consultas, exames, regulação de nossos munícipes, faz-se necessário salientar a importância da realização do pregão presencial para que não tenhamos a oferta de sistemas que não possuem a capacidade técnica de entrega daquilo que realmente é ofertado e/ou prometido e/ou mínimo de conhecimento com relação ao funcionamento dos serviços de saúde por fornecedores localizados geograficamente ainda mais distantes do nosso Estado.

Doutro norte, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento do comércio local deste Município, sendo que a realização do pregão na forma eletrônica acarretaria na ausência de participação do comércio local e regional, que não estão adaptados ao sistema utilizado por esta municipalidade para realização do pregão eletrônico.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, uma vez que a



Administração Pública tem o poder discricionário para decidir acerca da escolha da modalidade de licitação, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas.

Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade sem prejudicar, entretanto, a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

São Pedro da Aldeia, 03 de junho de 2022.

Geraldo Lopes Vieira
Secretário Adjunto de Saúde
Mat. 37879

MF **Maria Márcia Sampaio Fontes**

Secretária Municipal de Saúde

Mat. 37.877

PMSPA / SESAU

SC. Nº 10657/21

150

AO